



SIMULADO SEMESTRAL 2016.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **100** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 100 questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 01 (uma) hora do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 02 de dezembro de 2016, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 04 de dezembro de 2016, às 23 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Florianópolis, 02 de dezembro de 2016



DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Em relação ao Poder executivo é correto afirmar:

- a) Os crimes de responsabilidade do Presidente da República são aqueles que atentam contra a Constituição Federal, sendo seu julgamento de natureza política por parte do Senado Federal.
- b) A eleição do Presidente da República não importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
- c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República vetar projetos de emenda constitucional, total ou parcialmente.

02. Sobre as alternativas abaixo, é correto afirmar:

- a) O critério racial não pode ser tomado pela lei como fator de tratamento diferenciado entre os brasileiros.
- b) O princípio da isonomia pressupõe a igualdade.
- c) O estrangeiro, no Brasil, não é titular de direitos fundamentais.
- d) Pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos fundamentais.

03. Em regra, as Comissões de Constituição e Justiça estão aptas a exercer o controle:

- a) preventivo da constitucionalidade das leis, pela via difusa.
- b) preventivo da constitucionalidade das leis.
- c) repressivo da constitucionalidade das leis, pela via difusa.
- d) repressivo da constitucionalidade das leis, pela via concentrada.

04. Em relação as competências federativas é correto afirmar:

- a) No exercício da competência exclusiva a união poderá aos Estados a totalidade do exercício da competência.
- b) A competência legislativa da União engloba a capacidade de criar leis ou atos administrativos concretos, com a aprovação do Congresso Nacional.
- c) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados.
- d) Aos Estados competente legislar sobre assuntos de interesses local.

05. Assinale a alternativa correta:

- a) O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referenda aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias.
- b) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- c) As cláusulas pétreas são consideradas limitações materiais ao poder constituinte originário e derivado, tendo como principal intuito manter o núcleo dos princípios e valores da constituição, permitindo sua alteração apenas em momentos excepcionais.
- d) As emendas constitucionais possuem um processo especial de elaboração, sendo que devem ser votadas em dois turnos de três quintos e cada casa e ter a sanção do presidente da república.



06. Nomeie, com alusão à defesa do Estado e das instituições democráticas, a opção válida:

- a) o estado de defesa, da mesma forma que o estado de sítio, só poderá ser decretado, pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional;
- b) constituem pressupostos para a decretação do estado de sítio a comoção grave de repercussão nacional, a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração do estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;
- c) o tempo de duração do estado de defesa e do estado de sítio não poderá ser superior a 30 (trinta) dias improrrogáveis;
- d) os atos praticados pelo executor da medida, durante o estado de defesa, não estão sujeitos, de vez que resultantes da instauração de um sistema de legalidade extraordinária, a controle judicial;

07. Em relação as medidas provisórias é correto afirmar:

- a) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei ordinária.
- b) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- d) A Constituição não estabelece limite a reedição de medidas provisórias.

08. As normas constitucionais não têm todas a mesma possibilidade de aplicação. Há uma divisão quanto a esta qualidade. E, dentre as normas, existem as que são classificadas como normas de eficácia limitada, que ficam dependentes de uma normatização posterior. Estas são as denominadas normas programáticas que estabelecem vetores programáticos à existência do Estado. Sendo assim, é possível afirmar:

- a) As normas programáticas são próprias das constituições flexíveis, posto que dependentes de legislação infraconstitucional, e passíveis de alteração pela forma ordinária.
- b) As normas constitucionais programáticas não podem fundamentar um processo de controle de constitucionalidade normativa, posto que sua eficácia relativa não lhe confere status de norma constitucional.
- c) As normas constitucionais programáticas necessitam de outras normas, de nível inferior, para poderem produzir seus efeitos; e assim perdem sua natureza de normas constitucionais, por sua dependência de regulamentação infraconstitucional, pois só a partir daí é que podem incidir.
- d) Todas as normas constitucionais, independentemente de seu grau de eficácia, inclusive as denominadas normas programáticas, têm natureza constitucional e servem de parâmetro para fundamentar um processo de controle da constitucionalidade de leis ou atos normativos.

09. Assinale a alternativa correta:

- a) Os princípios são espécies de normas jurídicas com elevado caráter de abstração, enquanto as regras, apesar de possuírem um conteúdo mais claro, não são consideradas normas jurídicas.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada e princípio institutivo são aquelas que nascem com eficácia reduzida, necessitam de uma legislação posterior para restringir seus efeitos e estão relacionadas a organização de funções estatais e aos direitos fundamentais de igualdade e liberdade.
- c) Na moderna doutrina constitucional os princípios e as regras são considerados como espécies de normas jurídicas, tendo os princípios um elevado grau de abstração e estabelecem a idéia de direito, enquanto as regras são mais concretas, nascem dos princípios e tem a função de concretizá-los.



d) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que nascem com eficácia reduzida, necessitam de uma legislação posterior para restringir seus efeitos e estão relacionadas aos direitos fundamentais de igualdade e liberdade.

10. Indique com a alternativa correta:

O TRF da 1ª Região, em Brasília, suspendeu anteontem à noite a liminar que determinava que professores de universidades federais e funcionários da Providência voltassem ao trabalho em 24 horas. (...) O despacho do juiz-presidente do TRF, Tourinho Neto, diz que a Constituição federal garante o direito de greve aos servidores públicos, condicionando aos limites de lei específica. Segundo Tourinho Neto, como depois de 13 anos a lei que regulamenta o direito de greve não foi editada, ao proibir a paralisação, a vontade da Constituição está sendo desrespeitada. "A eficácia da norma constitucional não pode depender de uma norma hierarquicamente inferior e que nunca é editada".. (Folha de São Paulo, domingo, 18/11/2001, p. A-05).

Os argumentos expendidos pelo juiz acerca da eficácia da norma constitucional que garante o direito de greve permite concluir, tendo em conta o tema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais e utilizando-se a tipologia de José Afonso da Silva, que desde o ponto de vista desse magistrado:

- a) trata-se de norma de eficácia contida que está apta a produzir efeitos enquanto não for restringida ou revogada pelo legislador.
- b) trata-se de norma de eficácia plena, restringível pelo legislador, vez que o dispositivo da constituição determina que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar".
- c) trata-se de norma de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral.
- d) trata-se de norma de eficácia limitada, vez que o legislador pode restringir seus efeitos, e o exercício do direito de greve deve aguardar a legislação específica.

DIREITO CIVIL

11. Pedro, maior, casado, empresário sofreu um acidente de carro na semana passada e encontra-se em estado de coma no hospital. Os médicos não possuem condições de precisar quando o quadro clínico apresentado melhorará. A esposa de Pedro, Maria, poderá requerer:

- a) O processo de tomada de decisão apoiada, a fim de que possa auxiliar o marido a tomar as melhores decisões acerca de sua vida pessoal e profissional.
- b) Procedimento de curatela, que o conduzirá à incapacidade relativa, com a designação de Maria como curadora para assistir Pedro de forma a preservar seus interesses.
- c) Procedimento de curatela, que o conduzirá à incapacidade absoluta, com a designação de apoiador para representar Pedro de forma a preservar seus interesses.
- d) Interdição para que Pedro seja reconhecido como absolutamente incapaz e possa ser representado por Maria enquanto nessa condição se encontrar.

12. Sobre a cessação da incapacidade, é correto afirmar:

- a) Pode ser feita pelos pais a pedido do filho a qualquer momento, ainda que tenha menos que 16 anos.
- b) Se o menor de idade se julgar maduro o suficiente ele mesmo pode solicitar, por vias judiciais, que seus pais concedam sua emancipação.
- c) A cessação da incapacidade começa com os 18 anos completos, porém, essa capacidade de natureza civil não deve ser confundida com a disciplinada em leis especiais, como a capacidade eleitoral, que hoje se inicia, facultativamente, aos 16 anos.



d) A única forma de cessar a incapacidade é através da maioria.

13. Nas obrigações alternativas àquele a quem é atribuído o poder de escolha pelo objeto da prestação pode optar por um entre os vários objetos da prestação, estando assim, ao final, satisfeita tal obrigação. Nas obrigações alternativas

- a) Quando a escolha cabe ao credor e um dos objetos da prestação tornar-se impossível sem culpa do devedor, subsistirá o débito somente quanto à outra.
- b) Se todas as prestações tornarem-se impossível ainda que sem culpa do devedor, este deverá responder por perdas e danos sobre o valor daquela que o credor escolher.
- c) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações se tornar impossível por culpa do devedor ele terá direito ao objeto remanescente e mais perdas e danos, não podendo, por óbvio, optar pela prestação impossível.
- d) Quando a escolha pertencer ao devedor e todas as prestações tornarem-se impossíveis ainda que por culpa sua, resolve-se a obrigação.

14. Sobre os efeitos da posse no que tange às benfeitorias, assinale a alternativa incorreta:

- a) o possuidor de boa-fé tem direito a ser indenizado pelas benfeitorias necessárias e úteis.
- b) o possuidor de boa-fé tem direito de retenção caso não receba indenização das benfeitorias necessárias e úteis.
- c) as benfeitorias compensam-se com os danos produzidos pelo possuidor.
- d) o possuidor de má-fé não tem direito à indenização das benfeitorias que realizou no bem.

15. Qual das alternativas abaixo elenca as afirmativas corretas?

- 1. Presumem-se comuns os bens móveis no casamento sob o regime da comunhão parcial de bens, salvo prova em contrário.
 - 2. No regime de comunhão universal de bens, os bens recebidos por doação ou herança sempre entram para comunhão.
 - 3. No pacto antenupcial no qual os nubentes estabelecem o regime de participação final nos aquestos, é possível estabelecer a dispensa do consentimento do cônjuge para prestar fiança ou aval.
 - 4. No pacto antenupcial no qual os nubentes estabelecem o regime de participação final nos aquestos, é possível estabelecer a dispensa do consentimento do cônjuge para alienação dos bens imóveis quando forem particulares.
 - 5. As benfeitorias realizadas nos bens imóveis particulares de um cônjuge não são consideradas comuns no regime de comunhão parcial de bens.
- a) 1, 3, 4 e 5.
 - b) 1, 4 e 5.
 - c) 1 e 4.
 - d) 1, 3 e 4.

16. Quanto à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a sentença de usucapião tem natureza declaratória.
- b) a aquisição da propriedade pela usucapião se concretiza no preenchimento dos requisitos legais, podendo ser utilizada como matéria de defesa em ação real que discuta a propriedade sobre o bem.
- c) no novo CPC admite a usucapião extrajudicial mas para isso é necessário obter a assinatura dos titulares dos direitos reais sobre o bem.
- d) a usucapião de bem imóvel por abandono de lar só aplica a cônjuges, não se estendendo a companheiros.



17. O contrato de seguro de vida é um excelente exemplo de relação contratual que envolve terceiro alheio inicialmente à contratação feita pelos contratantes originários. Tal relação contratual é conhecida como estipulação em favor de terceiro que acaba por relativizar qual dos princípios contratuais abaixo:

- a) *Venire contra factum proprium*
- b) Consensualismo
- c) *Pacta sunt servanda*
- d) Relatividade dos contratos

18. Quanto à concorrência do cônjuge na sucessão do outro, estão corretas as afirmativas:

- 1. Em concorrência com os descendentes só do autor da herança, o cônjuge terá direito a uma quota igual à dos que sucederem por cabeça e direito próprio.**
- 2. Em concorrência com os ascendentes do falecido, seu cônjuge terá direito a uma quota de 1/3, se concorrer com os ascendentes de primeiro grau, ou uma quota de 1/2, se houver só um desses ou o grau for maior.**
- 3. O cônjuge não concorre com os ascendentes do falecido, se casado com esse pelo regime da comunhão universal de bens.**
- 4. O cônjuge concorre com os descendentes ou com os ascendentes do falecido, nos regimes de participação final nos aquestos, no regime de separação convencional de bens e, no regime de comunhão parcial, se o autor da herança tiver deixado bens particulares.**
- 5. Concorrendo o cônjuge do falecido com descendentes comuns, tem direito o cônjuge a um quinhão de 1/4 da herança.**

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1, 2 e 4.
- c) 2, 4 e 5.
- d) 2, 3 e 5.

19. Sobre a prodigalidade, é correto afirmar:

- a) Pródigo é a pessoa que deixa seu testamento pronto para não haver problemas entre seus familiares após sua morte.
- b) É considerado pródigo aquele que, segundo o art. 1.767 CC, promove seu cônjuge como seu curador para que não sofra uma intervenção.
- c) Pródigo é a pessoa que dissipa seu patrimônio.
- d) Os atos de uma pessoa considerada pródigo não necessitam de um curador para que sejam considerados válidos, depois de haver sentença de interdição.

20. Estão incorretas as afirmações:

- 1. É passível de anulação o casamento realizado por procurador, desde que o mandante tenha revogado a procuração antes da celebração e não tendo havido coabitação posterior entre os cônjuges.**
- 2. É nulo o casamento do incapaz de consentir e de manifestar de modo inequívoco seu consentimento.**
- 3. O casamento nulo e o casamento anulável produzem efeitos que beneficiem o cônjuge de boa-fé e os filhos até a sentença anulatória.**
- 4. Com o divórcio, o cônjuge que adotou o patronímico do outro é obrigado a voltar a usar o nome de solteiro.**
- 5. A não realização da partilha dos bens comuns não impede a concessão do divórcio.**

- a) 1, 2 e 3.



- b) 2, 4 e 5.
- c) 1, 2 e 4.
- d) 2 e 4.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Em relação à competência e de acordo com o novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- b) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- c) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- d) De acordo com o novo CPC, a mulher continua tendo foro privilegiado para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável.

22. Em relação ao procedimento aplicado às ações de separação judicial e divórcio, atualmente em vigor, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ausência de deliberação consensual acerca da partilha de bens constitui-se em óbice à homologação da separação ou divórcio judicial, na forma consensual.
- b) A partilha de bens jamais poderá ocorrer em processo próprio, posteriormente à ação de separação ou divórcio judicial, na forma consensual.
- c) O Juiz sempre está vinculado aos termos do acordo celebrado pelos requerentes, na ação de separação ou divórcio judicial consensual, não sendo permitida a alteração judicial de cláusulas da avença, por ferir o princípio dispositivo.
- d) A sentença judicial transitada em julgada, que decreta a separação judicial ou divórcio sempre deve ser averbada nos assentos constantes dos cônjuges, junto ao Cartório de Registros Civil.

23. Com relação ao agravo de instrumento, é correto afirmar:

- a) O agravo de instrumento é o recurso cabível de toda e qualquer decisão interlocutória
- b) O Agravo de instrumento é o recurso cabível tão somente das decisões interlocutórias mencionadas nos incisos I a XIII, do art. 1.015, do CPC
- c) De toda e qualquer decisão interlocutória, cabe agravo de instrumento
- d) As questões resolvidas na fase de conhecimento que não forem cobertas pela preclusão deverão ser recorridas através de agravo de instrumento

24. Em relação ao novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas. No entanto, a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- b) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- c) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis. O disposto neste artigo aplica-se somente aos prazos processuais.
- d) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive. Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período acima apontado.



25. Quantos recurso de agravo remanescem no atual cpc?. Das alternativas mencionadas, assinale a correta.

- a) No atual cpc, remanescem o agravo de instrumento (inciso II, do art. 994) e o agravo em recurso especial ou extraordinário (inciso VIII, do art. 994)
- b) Remanesce no atual cpc o agravo de instrumento (inciso II, do art. 994) e o agravo interno (inciso III, do art. 994)
- c) O agravo de instrumento é um dos recursos estabelecidos no cpc. e é interposto das decisões proferidas em segundo grau
- d) No atual CPC, remanesce o agravo de instrumento (inciso II, do art. 994); o agravo interno (inciso III, do art. 994) e o agravo em recurso especial ou extraordinário (inciso VIII, do art. 994).

26. Em se tratando da ação de inventário e partilha, prevista no Código de Processo Civil, atualmente em vigor, é CORRETO afirmar:

- a) A inobservância do prazo legalmente previsto para a abertura do inventário acarreta multa e sua instituição pelo Estado-Membro não é inconstitucional, em consonância com a orientação sumular do Supremo Tribunal Federal.
- b) A ação de inventário objetiva a verificação e distribuição dos bens integrantes do patrimônio do falecido, partilhando-os entre aqueles que possuem direitos sucessórios. Por essa razão, jamais se admite a tramitação de inventário negativo, evidenciado pela inexistência de bens do falecido, por ausência de interesse processual.
- c) Em razão do interesse fiscal, econômico e sucessórios existentes na ação de inventário, admite-se a sua abertura, de ofício, pelo magistrado, caso os legitimados ativos não intentem a ação judicial, prazo legal.
- d) Após o magistrado nomear o inventariante este não poderá, sob nenhuma hipótese, ser removido do encargo, por ser pessoa da confiança do Juízo.

27. Jesus está sendo executado em razão de uma dívida de R\$50.000,00 consubstanciada em título executivo extrajudicial. É intimado da penhora de um imóvel avaliado em R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Não há argumento acerca da impenhorabilidade do bem, pois o mesmo é penhorável.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- a) Jesus poderá alegar excesso de penhora, e essa alegação, por si, obrigará o magistrado a cancelar o ato construtivo.
- b) Jesus deverá apresentar meio mais eficaz e menos oneroso para a satisfação do credor, se desejar a substituição do bem penhorado ou o cancelamento dessa penhora.
- c) o excesso de penhora não é motivo para a substituição do bem penhorado.
- d) o excesso de penhora não é motivo para o cancelamento da penhora, se houver mais de um bem penhorado.

28. Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) a tutela cautelar de urgência, quando não concedida, resulta na extinção do processo pelo magistrado.
- b) a tutela antecipada de mérito incidental se estabiliza quando, em relação a ela, não é interposto o respectivo recurso.
- c) a tutela antecipada concedida em caráter antecedente, quando estabilizada, não faz coisa julgada, mesmo após esgotado o prazo para a propositura de ação revocatória.



d) a tutela de evidência poderá versar sobre parcela dos pedidos, e fará coisa julgada quando não impugnada pelo respectivo recurso.

29. Sobre a audiência de conciliação ou de mediação, assinale a alternativa correta:

- a) somente poderá ser conduzida por mediadores credenciados no tribunal.
- b) será realizada mesmo que ambas as partes declararem desinteresse.
- c) não serão realizadas quando a causa versar sobre questão de direito público.
- d) pode ser realizada por meio eletrônico, nos termos da lei.

30. Sobre a execução de alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) é possível o desconto das parcelas vencidas e das vincendas em folha de pagamento, desde que o total não ultrapasse 50% dos rendimentos líquidos mensais do executado.
- b) a prisão poderá ser em regime fechado ou semi-aberto, consoante a recalcitrância do devedor.
- c) é possível a inscrição do nome do executado nos órgãos de proteção ao crédito, mas não o protesto da sentença que condena a pagar alimentos.
- d) a prisão será decretada pelo juiz pelo prazo máximo de 90 dias.

DIREITO PENAL

31. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação.
- d) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu o resultado, no todo ou em parte, mas não onde ocorreu a ação ou omissão.

32. Assinale a assertiva CORRETA, sobre a aplicação da lei penal em relação ao ordenamento jurídico brasileiro:

- a) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de mês.
- b) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- c) As regras gerais do Código Penal aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, mesmo que esta disponha de modo diverso.
- d) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, apenas quando idênticas.

33. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) Diz-se o crime tentado quando o agente voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza
- b) Diz-se o crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- c) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- d) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

**34. Assinale a assertiva CORRETA:**

- a) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, diminui a pena de um sexto a um terço.
- b) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de dolo e o fato é punível como crime doloso.
- c) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta o agente de pena.
- d) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

35. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- b) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) Ocorre a exclusão da tipicidade, quando o agente pratica o fato em legítima defesa putativa.
- d) Legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de um direito são excludentes de ilicitude previstas na Parte Geral do Código Penal brasileiro.

36. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- d) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

37. Em relação ao trabalho do preso, é CORRETO afirmar:

- a) Em regime fechado, é vedado o trabalho externo do preso.
- b) O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.
- c) No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- d) Os condenados reincidentes não têm direito ao trabalho externo.

38. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 3 (três) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
- b) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, vedada qualquer transferência a regime fechado.



c) A pena de multa consiste no pagamento à vítima ou à uma entidade beneficente da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

d) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável somente às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

39. É crime de mão-própria:

a) Falso testemunho.

b) Corrupção ativa.

c) Corrupção passiva.

d) Homicídio.

40. Em relação ao crime de furto, é INCORRETA afirmar:

a) Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

b) A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

c) É crime complexo.

d) Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Considerando os princípios que regem o processo penal, aponte a alternativa que não apresenta erro:

a) O princípio do favor rei estabelece que, havendo mais de uma interpretação de uma norma legal, deve prevalecer aquela que mais favorece o réu.

b) Não vigora no processo penal o princípio da identidade física do juiz.

c) O princípio da obrigatoriedade ou legalidade é aplicável a todas as espécies de ação penal.

d) Segundo o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, não é possível a aplicação de qualquer medida que cerceie a liberdade do indivíduo, salvo as cautelares previstas em lei, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

42. Quanto à intervenção de assistente de acusação no processo penal, é CORRETO afirmar:

a) Admite-se em qualquer momento do processo, inclusive nos processos de competência do Tribunal do Júri.

b) Pode ser admitido o corréu como assistente de acusação em relação ao outro acusado, no mesmo processo.

c) O ato jurisdicional que indefere o pedido de intervenção do assistente de acusação é irrecorrível, mas contra ele pode ser impetrado mandado de segurança.

d) O assistente de acusação recebe a causa no estado em que se encontra quando de sua intervenção e pode requerer a produção de provas, mas não está autorizado a interpor recurso.

43. Quanto ao inquérito policial, é equivocado afirmar:

a) Uma vez arquivado o inquérito pela autoridade judiciária, por falta de justa causa, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.

b) Encerrado o inquérito, a autoridade fará relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente, podendo indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

c) O inquérito obrigatoriamente acompanhará a denúncia quando lhe servir de base.



d) Nos crimes de ação penal privada os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

44.No tocante à ação penal privada, indique a alternativa correta:

- a) Se o ofendido for declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação penal privada passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- b) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do próprio ofendido.
- c) As fundações, associações ou sociedades não poderão exercer a ação penal privada, salvo se seus estatutos ou contratos tenham previsão expressa para tanto.
- d) Tem como regra o prazo decadencial de 06 (seis) meses, contados da data do fato.

45.Sobre a sentença penal é CORRETA apenas uma das assertivas adiante:

- a)Em face do princípio da correlação, não pode ser proferida a sentença penal enquanto não houver *mutatiolibelli*, quando há necessidade de, por aditamento à denúncia, dar nova definição jurídica ao fato, ainda que nesta haja explícita ou implícita alusão ao fato que corresponde a essa nova capitulação da infração penal.
- b)A lei processual penal estabelece que na sentença penal condenatória o juiz deverá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, salvo se não houver pedido nesse sentido.
- c)Toda e qualquer sentença penal absolutória implica, sem qualquer ressalva, na imediata soltura do acusado submetido a prisão cautelar no correspondente processo.
- d)No processo penal não há previsão de cumprimento do princípio da identidade física do juiz, de sorte que o juiz que presidiu a instrução probatória não está obrigado a julgar a causa.

46.Questão. Relativamente às provas e sua produção no processo penal, aponte a alternativa errônea:

- a) Nas perícias será facultada ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos, todavia, diferentemente do processo civil, não poderão indicar assistente técnico.
- b) A busca domiciliar deverá sempre ser precedida da expedição de mandado, salvo quando a própria autoridade judiciária a realizar pessoalmente.
- c) Admite-se a acareação entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
- d) Poderá o juiz ouvir, de ofício e caso entenda necessário, as pessoas a que as testemunhas se referirem.

47.Sobre as medidas cautelares diversas da prisão (arts. 282 e ss. do CPP) é correto afirmar:

- a) Podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
- b) No caso do seu descumprimento sem razão justificada, deverá ser decretada a prisão preventiva.
- c) Podem ser decretadas pelo juiz, no curso da ação penal, somente mediante requerimento das partes.
- d) Somente podem ser aplicadas depois da intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.



48. Tendo em conta a regulamentação acerca da prisão preventiva é acertado aduzir:

- a) Pode ser a prisão preventiva decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares anteriormente aplicadas.
- b) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal poderá o juiz decretar de ofício a prisão preventiva.
- c) Não admite o Código de Processo Penal a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.
- d) A prisão preventiva somente pode ser decretada nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

49. No que tange a procedimentos, no processo penal, é CORRETO afirmar:

- a) No procedimento comum sumariíssimo, do Juizado Especial Criminal, a denúncia deve ser sempre escrita, pois não há previsão legal para oferecimento oral dela.
- b) Ao final da fase denominada de sumário da culpa (iudicium accusationis), no procedimento especial relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri, o juiz pode absolver sumariamente o acusado, inclusive no caso de imputabilidade comprovada por exame de insanidade mental, mesmo que, nessa hipótese, o Defensor tenha alegado ter o acusado agido com legítima defesa.
- c) No procedimento especial relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri, após a preclusão da pronúncia o juiz deve dar vista ao Ministério Público para oferecer o chamado libelo crime acusatório, a fim de que se inicie a fase do julgamento (iudicium causae).
- d) No procedimento especial relativo aos crimes de tráfico de droga, segundo a Lei n. 11.343/2006, o interrogatório do acusado é realizado antes da inquirição das testemunhas de acusação e de defesa.

50. Relativamente a recursos criminais, cabe AFIRMAR:

- a) Não há dúvida de que lista de casos de recurso em sentido estrito contida no art. 581 do Código de Processo Penal é meramente exemplificativa.
- b) O acusado não poderá apelar sem recolher-se à prisão, se esta foi decretada na sentença, em decorrência da sentença condenatória, ainda que recorrível.
- c) Pode haver *reformatio in melius*, ou seja, o Tribunal pode melhorar a situação do acusado, e nunca piorar (*reformatio in peius*), ao julgar a apelação criminal por este interposta.
- d) A legislação processual penal estabelece normas próprias para o exercício do juízo de admissibilidade de recurso especial e recurso extraordinário, inexistindo possibilidade de adoção da sistemática de recursos repetitivos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. No tocante à invalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A administração não pode convalidar ato eivado de nulidade, ainda que motivada por razões de conveniência e oportunidade.
- b) A invalidação dos atos administrativos viciados compete à própria administração, em competência conjunta com o Poder Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Poder Judiciário.
- c) Ainda que se constate a existência de vício no ato administrativo, não poderá a administração pública revogá-lo, em razão da indisponibilidade do interesse público.
- d) É possível falar em convalidação de um ato administrativo viciado pelo simples decurso do tempo, em razão do instituto da decadência.

52. Tratando da motivação dos atos administrativos, é correto afirmar:



- a) Nos atos vinculados, é a própria lei que fornece os limites para que o ato administrativo seja ou deixe de ser praticado a critério da autoridade.
- b) Nos atos administrativos discricionários não há qualquer margem liberdade para a realização do ato.
- c) O princípio da razoabilidade permite a avaliação da conveniência e oportunidade na realização dos atos administrativos vinculados.
- d) Os atos administrativos que afetem direitos ou interesses deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, sob pena de nulidade.

53. O poder de polícia:

- a) Consiste somente no dever de prender os que perturbam a ordem pública ou praticam crimes.
- b) Consiste no conjunto de limitações impostas coercitivamente pelo Estado à liberdade e à propriedade privadas.
- c) Deve ser exercido somente sobre as pessoas.
- d) Deve ser exercido somente sobre os bens particulares.

54. O contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui ao particular a utilização exclusiva de um bem de seu domínio, para que o explore segundo sua destinação é chamado:

- a) Parceria Público-Privada.
- b) Autorização de uso.
- c) Concessão de uso.
- d) Consórcio Público.

55. A respeito das cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, é incorreto afirmar:

- a) Destinam-se à garantia do interesse público.
- b) Não precisam estar expressamente previstas no contrato, pois decorrem da lei.
- c) Considera-se um exemplo de cláusula exorbitante a aplicação da teoria da imprevisão aos contratos administrativos.
- d) Permitem a alteração unilateral dos valores do contrato, e até a rescisão unilateral por parte da administração.

56. Tratando do instituto da licitação, pode-se afirmar que:

- a) Somente os licitantes previamente habilitados terão legitimidade para impugnar cláusulas do edital.
- b) O princípio da publicidade implica no conhecimento prévio das propostas pelos licitantes.
- c) Tem entre seus objetivos a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- d) Como procedimento burocrático de controle, tem se mostrado muito eficaz em assegurar o cumprimento dos objetivos públicos.

57. Acerca dos serviços públicos:

- a) Além dos princípios gerais da administração, são regidos pelos princípios da universalidade, da continuidade e do serviço adequado.
- b) A Parceria Público-Privada é uma modalidade de concessão de serviço público que pode ter como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento de equipamentos ou a execução de obra pública.
- c) Sua descentralização implica na sua execução pela própria administração, com a tomada de decisão em níveis hierárquicos inferiores, mais próximos da população interessada.



d) A desconcentração administrativa implica na passagem do serviço público para entes da administração direta ou para a iniciativa privada, através de delegação e concessão.

58. Sobre a organização da administração pública brasileira:

- a) O princípio da predominância de interesses estabelece a primazia da administração local sobre a geral.
- b) O Poder Executivo exerce exclusivamente a função administrativa, ficando as funções legislativa e judicante a cargo dos demais poderes.
- c) Pelo processo de descentralização, podem ser criadas sociedades de economia mista pela administração para a execução de serviços públicos.
- d) As agências reguladoras possuem natureza de autarquias especiais, exercendo num mesmo órgão as três funções do Estado.

59. De acordo com a disciplina constitucional da propriedade:

- a) Em caso de urgência, a autoridade pode requisitar bens de particular, mediante prévia caução para indenização posterior.
- b) É admitida constitucionalmente a usucapião de bens públicos, nos casos de moradia própria e da pequena propriedade rural.
- c) Os bens das empresas públicas e sociedades de economia mista obedecem ao regime de direito público.
- d) As ilhas oceânicas e as costeiras são bens da União, salvo aquelas que contenham a sede de Municípios.

60. A responsabilidade civil por atos omissivos da administração:

- a) Forma-se independente de culpa da administração, bastando prova do dano e do nexo de causalidade.
- b) Haverá responsabilidade da União por danos nucleares, independentemente de culpa.
- c) Não se reconhece em fatos provocados exclusivamente por terceiro, tal como briga de presos no cárcere ou briga de alunos em escola pública.
- d) É amplamente aceita no Brasil, tanto pela doutrina quanto pelos Tribunais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Acerca do Sistema Tributário Nacional, dos tributos e da legislação tributária, assinale a opção correta.

- I) As taxas, que não poderão ter base de cálculo própria dos impostos, podem ser instituídas em razão da utilização efetiva ou potencial do poder de polícia.
- II) Considere que uma instituição de assistência social, sem fins lucrativos, possua um imóvel, alugado a terceiro, que explora atividade mercantil. Nessa hipótese, desde que o aluguel recebido pela instituição de assistência social seja integralmente aplicado na sua atividade essencial, o referido imóvel está imune à incidência do IPTU.
- III) Considere que Maria, domiciliada no estado do Tocantins, pretenda doar seus bens a uma fundação com sede em São Paulo; o bem imóvel encontra-se localizado no estado do Rio de Janeiro e os bens móveis, no estado do Tocantins. Nessa hipótese, o imposto sobre doação de quaisquer bens ou direitos relativo aos bens de Maria será recolhido em favor do estado do Tocantins.
- IV) Deve ser interpretada de forma literal, em qualquer hipótese, a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e infrações tributárias.



- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, III e IV estão incorretas.
- c) Apenas a afirmativa IV está correta.
- d) As afirmativas II e IV estão incorretas.

62. Dentre os tributos abaixo, assinale aquela assertiva que contém apenas aqueles que podem ser instituídos pelos Municípios

- a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição para o Custeio do regime de previdência de seus servidores; Taxas
- b) Contribuição de melhoria; Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato Oneroso - ITBI
- c) Imposto sobre Serviços – ISS; Contribuição de melhoria; Empréstimo Compulsório
- d) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

63. Laura, não-contribuinte do ICMS e com domicílio em Balneário Camboriú – SC, adquiriu, da sociedade empresarial Slim Ltda., com sede em São Paulo, por meio de contrato de compra e venda a contento, celebrado na filial localizada no estado de Santa Catarina, produtos para emagrecimento. A partir da situação hipotética acima e acerca da discriminação das rendas e da obrigação tributária, assinale a opção correta.

- a) Na situação descrita, se o produto tiver a sua saída da sede de São Paulo, mesmo que o negócio jurídico tenha sido celebrado no estado de Santa Catarina, incide o ICMS pela alíquota interna do estado de São Paulo.
- b) O domicílio tributário do contribuinte de direito, na hipótese, será necessariamente o estado de Santa Catarina, pois nele foi celebrado o negócio jurídico.
- c) Na hipótese de compra e venda a contento, há cláusula resolutiva, pelo que o fato gerador considerar-se-á ocorrido na data da celebração do negócio.
- d) Considerando-se que o referido produto de emagrecimento não tenha autorização para ser comercializado no Brasil, não haverá a incidência tributária na espécie.

64. No que se refere à Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário, aponte a alternativa incorreta:

- a) Na esfera administrativa, o depósito do crédito tributário, por ocasião de um recurso administrativo, não tem o efeito de suspender a sua exigibilidade, porque ela já foi suspensa pelo próprio recurso administrativo.
- b) No caso dos recursos administrativos, a exigibilidade do crédito tributário fica suspensa até que haja a primeira decisão, mesmo que sujeita a um eventual novo recurso.
- c) Concedida a medida liminar em mandado de segurança, fica suspensa a exigibilidade do crédito tributário até que ocorra a decisão final.
- d) A inclusão do parcelamento entre as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, por parte da Lei Complementar nº 104/2001, não constituiu novidade, pois ele sempre foi entendido como uma forma de moratória em caráter individual.

65. No que concerne ao Princípio da Capacidade Contributiva, escolha a alternativa certa:

- a) A Capacidade Contributiva Absoluta ou Objetiva exige que o legislador selecione, para a hipótese de incidência das normas tributárias dos impostos, bem como das taxas e da contribuição de melhoria, fatos que sejam reveladores de riqueza da parte de quem os pratica.



- b) A Capacidade Contributiva Relativa ou Subjetiva exige que o “*quantum*” do tributo seja proporcional às dimensões do fato jurídico tributário e às circunstâncias pessoais do sujeito passivo.
- c) Dispõe de Capacidade Financeira qualquer indivíduo que detenha alguma riqueza; enquanto dispõe de Capacidade Econômica qualquer indivíduo que detenha liquidez em relação aos seus próprios recursos.
- d) Nos termos expressos do artigo 145, § 1º, da Constituição, deve-se tomar em conta, em matéria tributária, não a Capacidade Contributiva propriamente dita, nem a Capacidade Financeira, mas apenas a Capacidade Econômica.

66. Arlindo, Breno, Célio e Dilnei são irmãos e adquiriram um terreno em condomínio, para investimento. Cada um investiu R\$ 250.000,00 necessários para a aquisição do terreno no valor total de R\$ 1.000.000,00. Ocorre que o IPTU de 2014, no valor de R\$ 8.000,00 não foi pago e uma execução fiscal foi ajuizada pelo Município de Garopaba. Sobre esta situação fática frente aos débitos de IPTU, assinale a alternativa correta:

- a) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um sendo obrigado ao pagamento de R\$ 2.000,00 (25%)
- b) Caso Célio efetue o pagamento de R\$ 2.000,00, está liberado da solidariedade existente entre os devedores
- c) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um obrigado ao pagamento da totalidade da dívida
- d) Caso Dilnei seja titular de uma isenção concedida em caráter pessoal, não estará liberado da solidariedade com relação aos R\$ 6.000,00 restantes

67. Lukas, domiciliado em cidade do interior catarinense, é proprietário de imóvel residencial, que valia, em 2012, R\$ 200.000,00. Em 2013, esse imóvel passou a valer R\$ 240.000,00, em razão da obra pública realizada pela Prefeitura Municipal, e que resultou na referida valorização. A Prefeitura Municipal instituiu, lançou e cobrou contribuição de melhoria dos contribuintes que, como Lukas, tiveram suas propriedades valorizadas. O mesmo Município catarinense, a seu turno, com base em lei municipal, lançou e cobrou, em 2013, a taxa decorrente da prestação de serviço público de recolhimento de lixo domiciliar, tendo como fato gerador o recolhimento do lixo produzido individualmente, nos imóveis residenciais localizados naquele Município. O Município catarinense lançou e cobrou essa taxa de Lukas, em relação ao mesmo imóvel acima referido. Neste ano de 2015, Lukas recebeu uma excelente oferta pelo seu imóvel e está pensando em vendê-lo. Ocorre, porém, que não pagou a contribuição de melhoria lançada pela municipalidade, nem a taxa lançada pelo Município. Em razão disso, com base nas regras de responsabilidade por sucessão estabelecidas no CTN:

- a) O crédito tributário relativo à contribuição de melhoria não se sub-rogará na pessoa do adquirente, mas o relativo à taxa sim, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- b) Tanto o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, como o relativo à taxa, se sub-rogarão na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- c) Nem o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, nem o relativo à taxa, se sub-rogará na pessoa do adquirente.
- d) O crédito tributário relativo à contribuição de melhoria se sub-rogará na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação, mas o relativo à taxa não.

68. No que concerne ao Princípio da Capacidade Contributiva, escolha a alternativa certa:



- a) A Capacidade Contributiva Absoluta ou Objetiva exige que o legislador selecione, para a hipótese de incidência das normas tributárias dos impostos, bem como das taxas e da contribuição de melhoria, fatos que sejam reveladores de riqueza da parte de quem os pratica.
- b) A Capacidade Contributiva Relativa ou Subjetiva exige que o “*quantum*” do tributo seja proporcional às dimensões do fato jurídico tributário e às circunstâncias pessoais do sujeito passivo.
- c) Dispõe de Capacidade Financeira qualquer indivíduo que detenha alguma riqueza; enquanto dispõe de Capacidade Econômica qualquer indivíduo que detenha liquidez em relação aos seus próprios recursos.
- d) Nos termos expressos do artigo 145, § 1º, da Constituição, deve-se tomar em conta, em matéria tributária, não a Capacidade Contributiva propriamente dita, nem a Capacidade Financeira, mas apenas a Capacidade Econômica.

69. A empresa XYZ Comércio de Automóveis Ltda. alugou um imóvel na Av. das Flores Bonitas, onde antes estava estabelecida a empresa ABC Só Carros Luxuosos Ltda.. Esta última possui débitos de ICMS, referentes ao ano de 2014, na ordem de R\$ 15.000,00. Partindo destes fatos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que corresponde corretamente à sujeição passiva tributária das empresas:

- I – o fato de a empresa XYZ alugar o imóvel onde antes estava localizada a empresa ABC não autoriza a responsabilidade tributária da empresa XYZ sucessão tributária;
- II – caso a empresa ABC deixe de funcionar, sem retomar as atividades dentro de seis meses, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;
- III – caso a empresa ABC permaneça em funcionamento mas em outro endereço, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;
- IV – caso a empresa ABC retome suas atividades após quatro meses e dezoito dias, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos tributários será integral
- a) apenas a assertiva I está correta
- b) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- c) apenas as assertivas III e IV estão corretas
- d) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas

70. Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I – a existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.
- II – pagar IPTU não é uma obrigação tributária.
- III – emitir nota fiscal é uma obrigação tributária.
- IV – escriturar livros fiscais é uma obrigação tributária.
- V – segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.
- a) apenas as alternativas I, e IV estão corretas.
- b) apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) apenas as alternativas II e V estão corretas.
- d) apenas as alternativas III e IV estão corretas.

DIREITO EMPRESARIAL

71. A Lei . 6.404/76 e suas alterações, disciplina o direito de voto do acionista. A respeito deste assunto, assinale a alternativa CORRETA:



- a)O estatuto pode atribuir voto plural a qualquer classe de ações.
- b)A cada ação ordinária corresponde dois (dois) votos nas deliberações da assembleia geral.
- c)As ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.
- d)O estatuto não pode estabelecer limitações ao número de votos de cada Acionista.

72. De acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações, que trata da sociedade anônima, assinale a alternativa CORRETA:

- a)Os membros do Conselho de Administração não poderão ser eleitos para cargos de diretores.
- b)A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria.
- c)O conselho de administração é um órgão obrigatório para todos os tipos de sociedades, quer de capital fechado ou de capital aberto.
- d)Poderão ser eleitos para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os membros do conselho de administração ser acionistas e os diretores residentes no País, acionistas ou não.

73. De acordo com a Lei n. 11.101/05 e suas alterações, que trata da recuperação e falência da empresa, assinale a alternativa CORRETA:

- a)O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias da publicação da decisão que definir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convocação em falência.
- b)O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 90 (noventa) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.
- c) O devedor poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento.
- d) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um)ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

74. Com referência a falência da empresa, nos termos da Lei n. 11.101/05, assinale a alternativa CORRETA:

- a)Os créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, prevalecem a todos os demais créditos, na falência.
- b)Os créditos extraconcursais serão pagos com precedência sobre os créditos concursais, no processo falimentar.**
- c)Os créditos quirografários prevalecem a todos os demais créditos, na falência.
- d)Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, prevalecem aos créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado, na ordem de pagamento dos créditos na falência..

75. A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), trata do Direito de Empresa. Leia as afirmativas abaixo e assinale a CORRETA:

- a)A administração da sociedade, nada dispondo no contrato social, compete conjuntamente a



todos os sócios.

b)O contrato social pode, como forma de disciplinar direitos e deveres dos sócios, estipular, em cláusula específica, a exclusão do direito de qualquer sócio participar dos lucros ou das perdas.

c)Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, até a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

d)O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

76. Sobre o direito societário, de que trata a Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), assinale a alternativa CORRETA:

a) Na sociedade em conta de participação, sociedade não personificada, o contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.

b)A sociedade cooperativa é uma sociedade empresária, na qual o sócio pode transferir suas quotas do capital social a terceiros estranhos à sociedade e até mesmo por herança.

c)Na sociedade em nome coletivo, sociedade institucional, pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade e todos respondem limitadamente pelas obrigações sociais.

d)Na sociedade em comum, sociedade personificada, os sócios, nas relações entre si, podem provar a existência da sociedade por qualquer meio de provas

77.De acordo com o Código Civil – Lei n. 10.406/2002, que trata da sociedade limitada, assinale a alternativa CORRETA:

a)Na sociedade limitada, as deliberações dos sócios, serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato. A deliberação em assembleia será obrigatória se o número de sócios for dez (10).

b)Na sociedade limitada, a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima, independe de previsão no contrato social.

c)Na sociedade limitada, o capital social divide-se em quotas iguais e desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio e a quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência.

d)Na sociedade limitada, independentemente se o capital social estiver totalmente integralizado ou não, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas.

78.Segundo a legislação pertinente, assinale a alternativa INCORRETA:

a)Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes, definidos no ato constitutivo.

b)Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

c)Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, à requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, com os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.



d)Faculta-se ao cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de casamento.

79.De acordo com a Lei nº 5.474/68, que trata sobre a duplicata, assinale a alternativa INCORRETA:

- a)A perda ou extravio da duplicata obrigará o vendedor a extrair triplicata, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela.
- b)O Registro de Duplicatas deverá ser sempre no Livro de Registro de Duplicatas, não podendo ser substituído por qualquer sistema mecanizado.
- c)A duplicata é protestável por falta de aceite, de devolução ou pagamento.
- d)As empresas individuais ou coletivas, fundações ou sociedades simples, que se dediquem à prestação de serviços poderão, também, na forma desta lei, emitir fatura e duplicata.

80. De acordo com a Lei nº 7.357/1985, que trata sobre o cheque, assinale a alternativa INCORRETA:

- a)O cheque não admite aceite, considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.
- b)Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque,
- c)O cheque é emitido contra banco ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque.
- d)A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.

JUIZADOS ESPECIAIS

81. O autor tem uma demanda para propor, para rescindir contrato pelo qual afirmou ter se associado a dois outros indivíduos em um empreendimento. Alegou descumprimento por parte destes. Pagou R\$ 20.000,00 para se associar, e mais R\$ 9.000,00 em parcelas já quitadas de integralização de capital. Além disso, no período seriam devidos R\$ 3.500,00 em lucros do período. Os valores foram todos atualizados monetariamente para a propositura da demanda, tendo resultado nisso acima referido. Não houve notificação extrajudicial prévia da pretensão de rescisão. Nesse passo, com relação ao valor da causa e reflexos para a Lei nº 9.099/95, está CORRETO afirmar:

- a) Os pedidos somados atingem R\$ 32.500,00, valor de alçada completo de 40 SM atuais, por isso, o que houver de juros legais e correção monetária a partir da propositura da demanda está automaticamente renunciado pelo teto do Juizado.
- b) Se houvessem juros e correção incidentes antes da propositura, não seria necessário renunciá-los, pois a regra só se aplica ao principal, não aos encargos.
- c) Apenas o pagamento principal (R\$ 20.000,00) está sujeito à alçada.
- d)A partir da propositura da demanda, estando no momento dela adstrito o valor ao teto do Juizado, incidem normalmente correção monetária e juros legais, não estando renunciados.

82.A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte é condição de legitimidade para o rito a ser verificada quando da propositura da demanda. Faltando documento, intima-se para que se o traga até o dia da sessão conciliatória. Sobre o tema, é CORRETO AFIRMAR:

- a) Para comprovar que é ME ou EPP, basta que se junte o cartão de CNPJ da empresa em que conste ao lado da razão social ou nome de fantasia as partículas ME ou EPP.
- b) A condição de ME ou EPP é estática, portanto, basta que haja um documento de qualquer ano



desde sua fundação para que esteja comprovada a condição.

c) A declaração de próprio punho do empresário de que é microempresário ou que sua empresa é de pequeno porte é suficiente para demonstração fora de dúvida a respeito da condição de ME ou EPP.

d) A condição de ME ou EPP é dinâmica, portanto, um documento datado deste ano, demonstrando a vinculação ao Simples Nacional (privativo de ME ou EPP), ou o extrato do imposto de renda declarado demonstrando o faturamento do ano anterior é o que demonstra que - para este exercício fiscal - a empresa é, por seu faturamento do ano anterior, ME ou EPP, podendo assim litigar no polo ativo perante a Lei nº 9.099/95.

83. No dia 27/3/2015, a publicação digital Consultor Jurídico trouxe texto com a seguinte manchete “Recurso Extraordinário de juizado especial cível é exceção no Supremo”. Colaciono aqui dois excertos da notícia: “[...] Recursos Extraordinários contra decisões de juizados especiais cíveis estaduais só devem ser admitidos em situações extremamente excepcionais, quando o requisito da repercussão geral estiver justificado com indicação detalhada das circunstâncias concretas e dos dados objetivos que evidenciem a relevância do tema. Foi o que definiu o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal em três casos relatados pelo ministro Teori Zavascki. [...] Até 2014, a repercussão geral contra decisões desses juizados foi reconhecida em apenas nove casos, que dizem respeito a expurgos inflacionários, competência legislativa sobre relação de consumo, responsabilidade civil de provedor de conteúdo na internet e aspectos processuais relativos ao funcionamento dos juizados. ‘Não se pode eliminar por completo a possibilidade de existir matéria constitucional dotada de repercussão geral, mas isso não abala a constatação de que a quase totalidade dos milhares de recursos extraordinários interpostos nessas causas não trata de matéria constitucional com qualificado significado de repercussão geral a ensejar a manifestação do STF’, avaliou Zavascki. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*” Nesse contexto e considerando o mais que foi tratado em sala de aula e também os Enunciados do Fonaje, é CORRETO afirmar:

a) É corriqueiro e instância recursal natural que sejam aceitos Recursos Extraordinários vindos dos Juizados Especiais, não havendo ao recebê-los o mesmo rigor na jurisprudência defensiva do Supremo Tribunal Federal, e nos demais requisitos para um RE vindo da Justiça Comum.

b) Dadas as reduzidas hipóteses de recurso no Sistema de Juizados Especiais, o Supremo Tribunal Federal apreciará no RE também matéria não puramente constitucional ou em tese.

c) Contra decisões das Turmas Recursais é cabível o Recurso Extraordinário, inobservando os requisitos para tanto.

d) Nos Juizados Especiais, não são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de Recurso Extraordinário.

84. É correto afirmar sobre a suspensão condicional do processo prevista no artigo 89 da Lei n. 9.099/95:

a) Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob determinadas condições previstas em lei, dentre outras que julgar adequadas ao fato e à situação do acusado;

b) A suspensão será reformulada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano;

c) A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser condenado, por sentença definitiva, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta;



d) O prazo de prescrição do delito flui durante a suspensão condicional do processo, pois se trata de instituto de direito material.

85. Sobre as instâncias recursais previstas constitucionalmente para os Juizados Especiais Cíveis dos Estados, é ERRADO afirmar:

- a) O Superior Tribunal de Justiça não está ordinariamente na sequência das instâncias recursais originalmente previstas, passando por ele os recursos em geral.
- b) O Supremo Tribunal Federal não faz parte da estrutura recursal para apreciação ordinária das demandas submetidas aos JECív.
- c) As Turmas Recursais, que podem ser entendidas como 2ª instância original dos Juizados Especiais Cíveis dos Estados, são compostas por Magistrados em exercício no 2º Grau de Jurisdição.
- d) Os Tribunais de Justiça dos Estados não estão ordinariamente investidos de jurisdição sobre os Juizados Especiais Estaduais.

86. Sobre os métodos de resolução adequada de disputas, tendo em vista também a Política Nacional de Mediação e Conciliação, capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça, é INCORRETO afirmar:

- a) Se aplica aos Juizados Especiais, mesmo que tenham sistema conciliatório próprio, podendo se utilizar dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC) preconizados pela Resolução do CNJ a respeito desse tema.
- b) O uso de técnicas de Transação visa empoderar as partes para substituir a decisão impositiva do Estado-Juiz pela composição.
- c) Encoraja o desenvolvimento da conciliação e da mediação no âmbito de processos já judicializados, mesmo no sistema dos Juizados Cíveis.
- d) Trata-se de estudo unidisciplinar, que afasta das audiências saberes de outras áreas do saber, como a matemática, técnicas de vendas, neurolinguística, psicologia, administração.

87. O crime previsto no artigo 171 do Código Penal prevê pena de 01 a 05 anos de reclusão e multa. No tocante aos benefícios previstos na Lei n. 9.099/95, é correto afirmar (considere que o autor é primário e sem antecedentes):

- a) Incabível a suspensão condicional do processo, na medida em que a pena máxima é de cinco anos;
- b) Viável a transação penal, posto que a pena mínima é de um ano;
- c) Em caso de prosseguimento do processo, o procedimento será o sumaríssimo, tendo em vista ser considerado crime de menor potencial ofensivo;
- d) A suspensão condicional do processo é entendida como direito subjetivo do denunciado. Não se trata, pois, de mera faculdade do Ministério Público.

88. Sobre o polo passivo nos Juizados Especiais Cíveis, considerando o que foi tratado em sala de aula e também os Enunciados do Fonaje, atente para a seguinte situação hipotética: Lei Estadual propôs que as empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado e dos Municípios podem ser demandadas nos Juizados Especiais Cíveis. Diante disso, é CORRETO afirmar:

- a) Dado o Enunciado nº 3 do Fonaje (“Lei local não poderá ampliar a competência do Juizado Especial”), as sociedades de economia mistas estaduais e municipais não poderão residir em polo passivo no JECív.
- b) Dado o art. 8º da Lei 9099/95 (“Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa



falida e o insolvente civil”), não ocorrerá de tais entidades serem réis no Juizado Especial Cível.
c)O Ministério Público oficiará obrigatoriamente nos processos decorrentes da aplicação da lei estadual hipotética referida (*ex vi* do Lei nº 9099/95, art. 11).
d)Conquanto não seja dado ao Estado legislar a respeito, observa-se pela redação da Lei 9099/95 que não houve vedação para que esses entes fossem demandados perante o Juizado Cível, de modo que mesmo sem ela é possível direcionar ações a tais entes no JECív.

89. 4 – Assinale a alternativa incorreta sobre o instituto da transação penal:

- a)Aplicada exclusivamente a pena de multa, esta poderá ser reduzida pelo juiz até a metade;
- b)Não terá cabimento se o autor da infração tiver sido condenado, ainda que exclusivamente à pena de multa, por sentença definitiva;
- c)Não terá cabimento se o agente tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos do artigo 76 da Lei n. 9.099/95 (que trata da transação penal);
- d)Acolhida a proposta do Ministério Público aceita pelo autor do fato, o juiz aplicará a pena, que não importará em reincidência.

90.Quanto aos recursos das sentenças nos Juizados Especiais Cíveis, é INCORRETO afirmar:

- a) caberão embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.
- b) terão, em regra, efeito devolutivo e suspensivo.
- c)as partes, na fase recursal, serão obrigatoriamente representadas por advogado.
- d) serão julgados por uma turma composta por três juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

LEIS ESPECIAIS

91. O IBAMA multou e interditou uma fábrica de solventes que, apesar de já ter sofrido advertência, insistia em dispensar resíduos tóxicos em um rio próximo a suas instalações. Contra esse ato a empresa impetrou mandado de segurança, alegando que a autoridade administrativa não dispunha de poderes para impedir o funcionamento da fábrica, por ser esta detentora de alvará de funcionamento, devendo a interdição ter sido requerida ao Poder Judiciário.Em face dessa situação hipotética, assinale o item correto.

- a)A aplicação de multa e a interdição da fábrica pelo IBAMA decorrem do poder hierárquico que o órgão dispõe como ente da administração pública indireta.
- b)Estando o alvará concedido à fábrica eivado de nulidades, poderá o órgão ambiental que o concedeu revogá-lo.
- c)Um dos atributos do ato administrativo executado pelo IBAMA na situação em questão é o da autoexecutoriedade, que possibilita ao poder público obrigar, direta e materialmente, terceiro a cumprir obrigação imposta por ato administrativo, sem a necessidade de prévia intervenção judicial.
- d)A concessão de alvará de funcionamento constitui ato administrativo discricionário, razão por que tal ato somente pode ser anulado por autoridade administrativa

92. À Luz da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sobre adoção, é correto dizer

- a)a principal norma/critério de interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevista no art. 6º, é a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;



- b) a principal norma/critério de interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevista no art. 6º, é a proteção integral;
- c) o conceito de criança e adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente guarda alto grau de subjetividade, não comportando rígidos critérios objetivos, que certamente mais violariam que garantiriam seus direitos;
- d) “situação de risco” é conceito que diz respeito ao Direito do Menor (Código de Menores) e não ao Direito da Criança e do Adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente).

93. A respeito do conceito de consumidor previsto no Código de Defesa do Consumidor, assinale a assertiva correta:

- a) Consumidor é tão somente a pessoa física destinatária de produto ou serviço necessário ao desempenho de sua atividade lucrativa.
- b) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Aquele que adquire produto para fins de revenda também pode ser reputado consumidor.
- c) A pessoa jurídica que utiliza o produto, mesmo como destinatária final, não pode ser considerada consumidora.
- d) Os profissionais liberais são fornecedores de serviços, sujeitos, portanto, à disciplina do Código de Defesa do Consumidor

94. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A ação de impugnação do mandato eletivo pode ser ajuizada no prazo de 3 dias contados da diplomação, consoante a regra prevista no artigo 14, § 10 da Constituição Federal.
- b) Aquele que for condenado em face da representação prevista no artigo 30-A da Lei 9.504/97, que pode ser ajuizada até 15 dias após à diplomação, terá seu diploma cassado.
- c) Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a participação de debates com a exposição de projetos, desde que não envolva pedido de votos.
- d) É vedado às pessoas jurídicas fazer doação, direta ou indireta, de recursos para a campanha eleitoral.

95. Acerca da *relação de consumo* no Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90), assinale a opção **CORRETA:**

- a) O Estado de Santa Catarina, por ser pessoa jurídica de direito público, não pode ser enquadrado no conceito de consumidor.
- b) Um mesmo estabelecimento comercial pode ser fornecedor e consumidor em operações distintas.
- c) Consumidor é a pessoa física ou jurídica destinatária de produto necessário ao desempenho de sua atividade lucrativa.
- d) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, que desenvolve atividade de produção, montagem, criação, distribuição ou comercialização de produtos, excetuando-se o camelô, que não tem personalidade jurídica.

96. O professor João Batista da Costa Saraiva, no intento de facilitar a compreensão do Estatuto da Criança e do Adolescente, divide-o a partir de três grandes sistemas de garantia. Acerca desta divisão, assinale a opção correta:

- I – Sistema Primário: que dá conta das Políticas Públicas de Atendimento a crianças e adolescentes (especialmente os arts. 4º e 85/87);



II – Sistema Terciário: que trata das medidas socioeducativas, aplicáveis a “crianças ou adolescentes em conflito com a lei”, autores de atos infracionais, ou seja, quando passam à condição de vitimizadores (especialmente os arts. 103 e 112).

III – a aplicação de cada um dos sistemas não exclui a aplicação dos outros dois. É o que se observa, por exemplo, da leitura do art. 112, VII, do Estatuto, que prevê a aplicação de medidas protetivas, ainda que na qualidade de socioeducativas.

- a) Alternativas I, II e III estão corretas
- b) Alternativas I e II estão corretas
- c) alternativas I e III estão corretas
- d) alternativa I e III incorretas

97. Analise os itens abaixo e responda:

I – A reserva legal tem natureza jurídica de limitação administrativa, sendo imposta ao proprietário ou possuidor de imóvel rural com o objetivo de assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais naquela área, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

II – A reserva legal é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável instituída em área pública ou particular, com a função básica de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

III – Pelo Código Florestal pode ser computada a área de preservação permanente na porção destinada à reserva legal.

IV – O percentual de reserva legal em propriedades rurais, fixado para todo o território nacional, é de 20%.

- a) Todos os itens estão errados.
- b) Somente o item II está errado.
- c) Somente os itens I e III estão certos.
- d) Somente os itens I e IV estão certos.

98. Sobre Direito eleitoral, assinale a alternativa correta.

a) O ajuizamento de ações distintas sobre o mesmo fato, ou mesma causa de pedir, importará na reunião das respectivas ações para julgamento conjunto, independente da instância judicial em que se encontram.

b) Todos os candidatos são obrigados a prestar contas de campanha, salvo se não tenha havido movimentação de recursos financeiros.

c) O registro de candidatura pode ser impugnado prazo de 15 dias contados da publicação do edital contendo a relação dos pedidos de registro.

d) Aquele que desejar ser candidato deverá comprovar filiação partidária pelo prazo mínimo de 1 ano antes da data da eleição.

99. Considerando a aplicação de conceitos relacionados ao meio ambiente e à atuação da administração ambiental definidos no texto acima, julgue os próximos itens.

a) A efetividade do princípio do desenvolvimento sustentável na gestão ambiental está relacionada à responsabilidade ambiental entre as gerações, mas não à solidariedade perante as necessidades das gerações futuras, pois a livre iniciativa de mercado orienta a ordem econômica brasileira

b) O princípio da prevenção é aplicável ao risco conhecido, ou seja, aquele que já ocorreu



anteriormente ou cuja identificação é possível por meio de pesquisas e informações ambientais.

c) O princípio da precaução refere-se à necessidade de o poder público agir de forma a evitar os riscos que são de conhecimento geral, adotando medidas de antecipação por meio de instrumentos como o estudo e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA).

d) O princípio do poluidor-pagador impõe ao empreendedor a responsabilidade subjetiva, ou seja, o dever de arcar com os prejuízos que sua atividade cause ao meio ambiente na medida de seu envolvimento direto com o dano

100. A respeito da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, marque a assertiva correta:

a) O fornecedor responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

b) Na doutrina, o fato do produto está vinculado a existência de um “defeito”, também chamado de vício de qualidade por insegurança.

c) O produto pode ser considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

d) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente da verificação de culpa.